

PREFEITURA DE GOIÂNIA  
ESTADO DE GOIÁS  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.968, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1982.

"Altera a Lei nº 5.533, de 18 de julho de 1979, e dá outras provi  
dências".

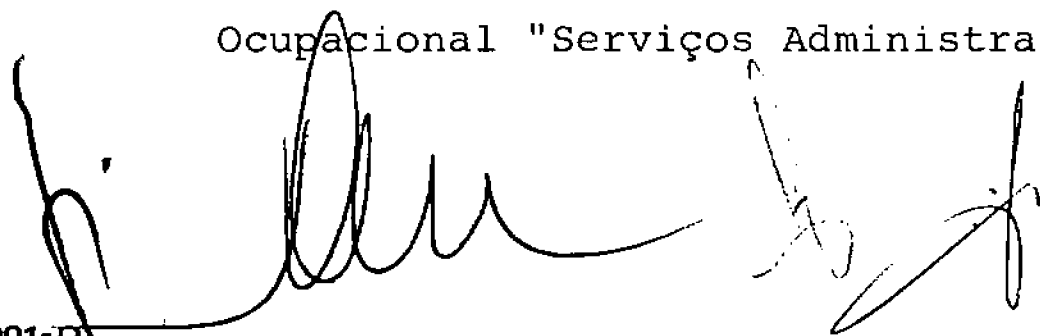
A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SAN  
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O § 3º, do artigo 1º, da Lei nº 5.533, de 18 de julho de 1979, com alteração posterior, pas  
sa a vigor com a redação seguinte:

"§ 3º - O professor municipal, quando em efe  
tiva regência de classe, perceberá uma gratificação-ativida  
de na importância correspondente a 30% (trinta por cento) do  
valor do seu vencimento ou salário".

Art. 2º - Ao Professor de 1º grau, de 1ª a 4ª  
séries, que se achar em efetiva regência de classe, na pr  
imeira série do ensino do primeiro grau, será atribuída uma  
gratificação-atividade de valor correspondente a 35% (trin  
ta e cinco por cento) do seu vencimento ou salário.

Art. 3º - Os cargos ou empregos de Agente Ad  
ministrador de Mercado Municipal, Nível 7, criados pela Lei  
nº 5.940, de 13 de agosto de 1982, pertencentes ao Grupo  
Ocupacional "Serviços Administrativos", do Anexo II, da Lei



PREFEITURA DE GOIÂNIA  
ESTADO DE GOIÁS

(cont. Lei nº 5.968/82)

nº 5.890, de 07 de maio de 1982, passam a integrar, no mesmo Grupo Ocupacional, o Anexo III, da referida lei, permanecendo inalterada a situação funcional dos atuais ocupantes daqueles cargos ou empregos.

Art. 4º - Os atuais ocupantes dos cargos ou empregos de Assistente de Serviços Financeiros, Nível 6, do Grupo Ocupacional "Atividades Técnico-Profissionais", serão transferidos, por ato do Chefe do Poder Executivo, para o Nível 7, cujo quantitativo da respectiva classe passa a ser 39 (trinta e nove).

Art. 5º - Os titulares dos cargos ou empregos de Técnico de Contabilidade, Nível 6, do Grupo Ocupacional "Atividades Técnico-Profissionais", serão transferidos, através de ato do Prefeito, para o Nível 7, que ora fica criado, tendo a respectiva classe o quantitativo de 12 (doze) cargos ou empregos.

Art. 6º - O quantitativo dos cargos ou empregos de Técnico em Educação e de Técnico em Legislação Educacional, integrantes do Grupo Ocupacional "Atividades de Nível Superior", do Anexo II, da Lei nº 5.890, de 07 de maio de 1982, passam a ser, respectivamente, 14 (quatorze) e 05 (cinco).

Art. 7º - Fica assegurado ao servidor municipal o direito à contagem, para todos os efeitos, como tempo de serviço público, o período de trabalho prestado, na qualidade de aluno-aprendiz, em escola profissional da União ou do Estado de Goiás, haja ou não ocorrido vínculo empregatício e contribuição pecuniária à conta do Orçamento.

Art. 8º - Aos servidores que hajam adquirido o direito de perceber remuneração igual a do cargo em comis

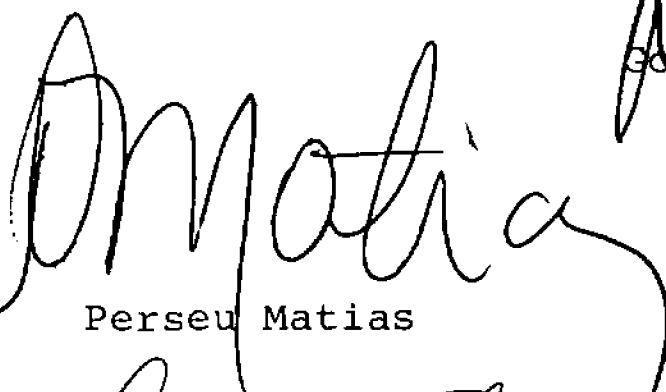
PREFEITURA DE GOIÂNIA  
ESTADO DE GOIÁS

(cont. Lei nº 5.968/82)


são ou de natureza especial ou emprego de confiança de maior remuneração por eles exercidos, na Administração Direta ou Indireta, durante cinco (05) anos ininterruptos ou de 10 (dez) anos intercalados, bem como aos que tenham percebido gratificação de função pelo exercício de chefia ou gratificação de representação, atendido aquele interstício, na vigência das Leis nºs 5.466, de 09 de abril de 1979 e 5.524, de 11 de julho de 1979, fica estipulado o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, para requererem o benefício concedido.

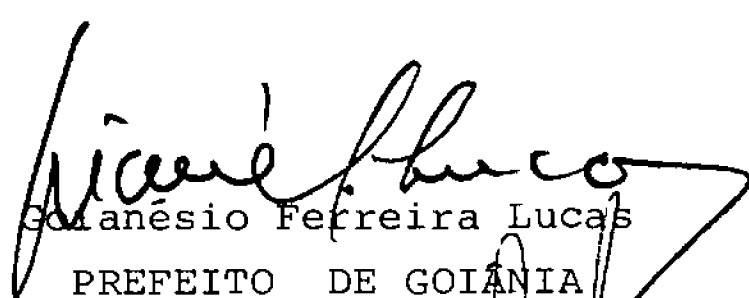
Art. 9º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

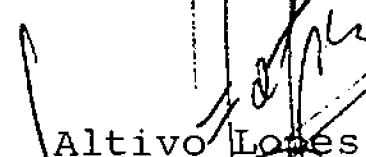
GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos // dias do mês de novembro de 1982.

  
Perseu Matias

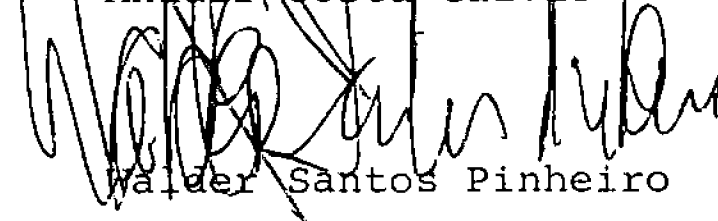
  
José Maria de França

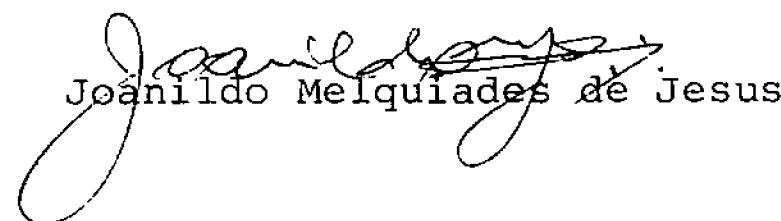
  
José Carlos de Oliveira

  
Goianêsio Ferreira Lucas  
PREFEITO DE GOIÂNIA

  
Altivo Lopes

  
Anadir Costa Galvão

  
Walder Santos Pinheiro

  
Joãoildo Melquiades de Jesus

dlms.

